

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 30090/21

1- DO OBJETO

- 1.1. Aquisição de medicamentos veterinários para atender as necessidades da Subsecretaria de Vigilância em Saúde, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas na Requisição inserida aos autos.
- 1.2. **Requisitante:** Subsecretaria de Vigilância em Saúde.
- 1.3. **Fundamentação Legal:** A presente contratação se dará, preferencialmente, por meio de Pregão Eletrônico - Via Registro de Preços - Lei 8666/93 c/c 10.520/02 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c Decreto Municipal nº 559/2020, pelo menor preço unitário.
- 1.4. **Período:** 12 meses
- 1.5. **Tipo:** Menor preço unitário, nos termos da Lei nº. 8.666/93;

2- DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO MATERIAL.	U/C	QUANT.
1	408845	Xilazina 10 ml uso veterinário	frasco	10
2	407462	Cloridrato de Cetamina 10% 10 ml uso veterinário	frasco	30
3	19288	Lidocaína 2% com epinefrina 50 ml uso veterinário	frasco	3
4	19288	Lidocaína 2% sem epinefrina 50 ml	frasco	3
5	12210	Água Deionizada 5 Litros	unid	12
6	19295	Atropina 1% 20ml uso veterinário	frasco	1
7	19292	Ceftiofur 100 ml uso veterinário	frasco	3
8	2436	Amoxicilina com clavulanato 50 ml uso veterinário	frasco	3
9	447059	Enrofloxacin 10% 50 ml uso veterinário	frasco	2
10	1607	Meloxicam 2% 50ml uso veterinário	frasco	1



11	18035	Piroxicam com benzilpenicilina 50 ml uso veterinário	frasco	3
12	9762	Midazolan 1 mg/ml 5 ml	Ampola	10
13	7500	Acepromazina 1% 20ml uso veterinário	Ampola	2

2.2. O quantitativo acima foi calculado com base nas requisições encaminhadas pela Unidade Solicitante.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. Aquisição de medicamentos para atender a Unidade Requisitante pelo período de 12 (doze) meses relacionados aos itens acima descritos .
- 3.2. Cumpre ressaltar que o quantitativo bem como a especificação dos itens, foram elaboradas pelos técnicos da área farmacêutica, de acordo com justificativas acostadas nos Anexos acostados aos autos.

4. DO LOCAL DE ENTREGA

- 4.1. A Contratada deverá entregar todos os medicamentos, após 05 (cinco) dias úteis da entrega da Nota de Empenho.
- 4.2. Os itens solicitados deverão ser entregues no Almoxarifado Central, localizado na Av. Conselheiro Julius ARP, nº 80, Bloco 12, Galpão 202, Centro, Nova Friburgo-RJ, no horário de 09h as 16h, em dias úteis.

5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 5.1. O prazo de validade dos produtos, na data de entrega, não poderá ser inferior a 18 meses, ou à metade do prazo total recomendado pelo fabricante, o que for maior.
- 5.2. Em relação aos medicamentos cujas fórmulas farmacêuticas sejam comprimidos, drágeas e cápsulas, deverá a empresa vencedora do item entregar os medicamentos em embalagens fracionáveis, preferencialmente, na falta desta, o produto não poderá apresentar custo que onere o medicamento.
- 5.3. Os medicamentos em forma líquida (suspensões, soluções, xaropes, emulsões etc.), para uso oral e/ou parenteral, deverão ser entregues com seus respectivos copos de medidas e diluentes.
- 5.4. A Contratante reserva-se ao direito de controlar periodicamente a qualidade dos produtos, enviando amostras para serem analisadas em órgãos oficiais, com objetivo de verificar se estes atendem aos padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde.
- 5.5. A Contratada ficará sujeita as seguintes condições:



- 5.5.1. Entregar os produtos contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;
- 5.5.2. Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;
- 5.5.3. Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

6. DA PORTARIA 2814/98 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DEVIDAMENTE ALTERADA PELA PORTARIA 3765/98.

- 6.1. Segundo estabelecido na Portaria 2814/1998, do Ministério da Saúde, nas compras e licitações públicas de medicamentos devem ser observadas as seguintes exigências:
 - 6.1.1. Apresentação da Licença Sanitária Estadual ou Municipal;
 - 6.1.2. Comprovação da Autorização de Funcionamento da empresa participante, expedida por órgão federal competente ou da respectiva publicação no Diário Oficial da União, junto ao Ministério da Saúde, através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);
 - 6.1.3. Certificado de Regularidade Técnica expedido pelo Conselho Regional de Farmácia competente.
 - 6.1.4. No caso de produto importado é também necessária apresentação do Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle, emitido pela autoridade sanitária do país de origem, ou laudo de inspeção emitido pela autoridade sanitária brasileira.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 7.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

8. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 8.1. Os bens serão recebidos:
 - 8.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
 - 8.1.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações



constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 02 dias úteis a contar do recebimento provisório.

- 8.1.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrá por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificados abaixo descritos:

9.1.1. Elemento de despesa –**33.90.30-10**;

9.1.2. Fonte de recurso 07 – SUS;

9.1.3. Programas de Trabalho - **Vigilância em Saúde – 30.001.10305.0076.2.197**:

- 9.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: **11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-000.**

10. DA LIQUIDAÇÃO

- 10.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto no 258 de 27 de setembro de 2018 c/c Decreto no 313 de 10 de outubro de 2019.

11. DO PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 c/c Decreto no 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

11.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

11.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

11.1.3. FGTS;

11.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

11.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

11.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS.

- 11.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

- 11.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o



prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

12. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 12.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;
- 12.2. As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).
- 12.3. Não poderão participar, ainda, os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.
- 12.4. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Caberá à Contratante:

- 13.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 13.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- 13.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 13.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 13.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;



13.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

13.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;
- 14.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica SIMPLIFICADA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscais citadas nos **subitens 11.1.1 a 11.1.6**.
- 14.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);
- 14.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;
- 14.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;
- 14.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta do contrato;
- 14.7. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 14.8. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 14.9. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 14.10. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos



quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

15. MEDIDAS ACAUTELADORAS

15.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

17. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, não haja prejuízo ao cumprimento da obrigação pactuada e haja a anuência expressa da Administração.

18. DA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DO OBJETO

18.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso dos procedimentos, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93.

18.2. Para acompanhamento e fiscalização do objeto ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

- 18.2.1. Ângela Maria Sardou Charret- **Superior Imediato 062.400**
- 18.2.2. Cristina B. Gomes- **Fiscal Titular 290.212**
- 18.2.3. Carlos Alberto dos Santos Mattos- **Fiscal Substituto 299.415**
- 18.2.4. Ceres Lourenço Teixeira - **Matrícula: 062.195 (Gestor Titular)**
- 18.2.5. Fernanda Medeiros Rodrigues – **Matricula 468.036 (Gestora Substituta)**

18.3. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da entrega dos produtos.

18.4. A verificação da adequação da entrega deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

18.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da



Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

19. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

19.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizaram por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

20.2. Comete infração administrativa:

20.2.1. Apresentar documentação falsa;

20.2.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.2.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.2.4. Não manter a proposta;

20.2.5. Cometer fraude fiscal;

20.2.6. Comportar-se de modo inidôneo;

20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4. Com fulcro nos artigos 86 e 87 da Lei 8666/93, a Administração Pública poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatórios as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

20.4.1. Advertência;

20.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.4.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município e de credenciamento pelo prazo de até cinco anos;

20.4.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

20.5. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á através de processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao



licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93 e subsidiariamente na Lei nº 9.784/99;

20.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21. DA RESCISÃO

21.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

21.2. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Termo de referência elaborado por:

Ana Paula Ramos
Gestão de Processos, Contratos e Convênios
Mat: 062.844

Ratifico o presente Termo de Referência nos termos da Lei Federal nº 8.666/93;

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137